

FIRMEZA NOS PRINCÍPIOS

COMBATE ÀS CONCEPÇÕES OPORTUNISTAS

A organização política «SEDES» recentemente, autorizada, representa sem dúvida um facto novo na política do regime. Facto que as forças antifascistas não podem deixar de considerar atentamente no contexto da sua política e da sua acção militante contra a ditadura fascista, pelas liberdades democráticas.

Alguns democratas cheios de ilusões legalistas e preechos dum oportunismo sem princípios, logo se alvoroçaram vendo na «SEDES» uma perspectiva favorável à sua actuação política, em vez de se interrogarem, com a ideia de responsabilidade, sobre os possíveis objectivos do governo ao autorizar a «SEDES».

A primeira pergunta que nesse sentido se pode fazer é se tal organização visa servir o regime e se, por isso mesmo, é fruto dum necessidade do governo para manter a unidade entre os vários grupos de interesses que representa nos aspectos fundamentais da sua política antipopular. Sim, é a nossa resposta.

A «SEDES» saiu dum sector do próprio regime tendo a encabeçada-la dois membros do governo fascista de M. Caetano e alguns deputados caetanistas. Só por si isto seria motivo, mais do que suficiente, para todos os democratas, sem excepção, tomarem, pelo menos, uma posição de desconfiança em relação aquela organização que, como é evidente, não visa acabar com o regime, antes se integra na política daqueles que querem salvá-lo e servir ainda melhor os interesses dos monopólios e dos grandes capitalistas.

Foi já muito estranho que homens tidos por democratas, como Mário Bruzelas, Rogério Fernandes, Carlos José Megre e Ribeiro Teles apparecessem de braço dado com membros do governo fascista como primeiros subscriptores da «SEDES». A autorização concedida não foi certamente estranha a esse facto, assim como as garantias de que a «SEDES» seria um instrumento auxiliar do governo em todos os aspectos fundamentais da sua política antidemocrática e antinacional, de atracção de democratas hesitantes aos terrenos do regime, da divisão da Oposição Democrática.

Ao contrário do que pensam alguns democratas e pseudo-democratas, a autorização da «SEDES» não representa, pois, qualquer abertura do governo num sentido liberal e muito menos qualquer perigo para o regime.

Com a «SEDES», o governo pensa conseguir uma oposição inofensiva, há tanto tempo desejada, mas que até hoje nenhum democrata de direita ou de esquerda se prestou a cautionar.

Se é verdade que os chefes

fascistas sempre recusaram autorização para qualquer organização política, convidaram sempre os «bons portugueses» a entrar para a «União Nacional» e mais tarde para a «ANP» onde, no seu dizer, poderiam manter as suas opiniões independentes, hoje tudo parece indicar que M. Caetano viu desde o princípio na «SEDES» uma organização capaz de ser um ploco de atracção de democratas conservadores e vacilantes e um instrumento de divisão das forças democráticas capaz de conduzir ao almejado isolamento do P.C.P.. E, por outro lado, uma organização capaz de desempenhar também o papel de oposição para inglês ver, exigida pela necessidade da política externa do governo fascista de M. Caetano. A «ANP», herdeira da «União Nacional» não podia servir para realizar tal tarefa, por demasiado queimada.

Na sua maioria esmagadora, os democratas de esquerda encararam o aparecimento da «SEDES» no seu verdadeiro sentido, compreendendo perfeitamente que a única posição justa do Movimento Democrático era a de se manter firme nas suas posições de princípios e de independência política e prosseguir com maior energia ainda os seus esforços de organização com vista a fortalecer e alargar a unidade de todos os verdadeiros antifascistas e a orientá-los correctamente na luta diária pela conquista da liberdade política.

Na verdade os homens da «SEDES» não avançaram nada que o governo e a «União Nacional» na velha e na nova forma, não tenham já dito. Em alguns casos ficaram mesmo aquém. Problemas de fundo como a guerra colonial e o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e independência, a repressão política e as torturas aos presos políticos, a existência e comportamento criminoso da PIDE-DGS, a existência da censura e a luta pela liberdade de imprensa, sobre a reivindicação do direito de organização e de actuação política de todas as correntes políticas, do direito de greve e da liberdade sindical, etc., não foram sequer tocados quanto mais tomada qualquer posição sobre eles.

É pelo menos de estranhar que, aqui e ali, um ou outro democrata tenha expressado a ideia ou atirado a hipótese de integração na «SEDES» para, segundo eles, ali continuarem em melhores condições a luta pelas liberdades democráticas. Seja com que

capa se cubram e venham de onde vierem ideias ou hipóteses perturbadoras e capitulacionistas deste jaez devem ser combatidas com vigor e desmascarado com não menos vigor o oportunismo daqueles que as perfilham e propagam.

Não se firmando em posições de princípios, os portadores de ideias e concepções oportunistas mostram-se incapazes de avançar direitos nas curvas mais apertadas da estrada da revolução.

Quando têm lugar grandes lutas de massas e estas descem à rua não é raro aparecerem certos políticos a darem-se ares de mentores mais ou menos radicais e até de revolucionários acabados. Outros, pelo contrário, tomam, nessas alturas posições paternalistas, aconselhando as massas a serem cordatas para, dizem, não deitarem tudo a perder. Ligados uns e outros pelo cordão umbilical do oportunismo castrador e capitulacionista não confiam na acção das massas e temem ao mesmo tempo a acção das massas.

Quando nos períodos de refluxo, no nosso caso quase sempre acompanhado de repressão mais ou menos violenta, esses mesmos elementos põem-se a congeminar «políticas novas», «tácticas novíssimas» e «estratégias» capazes de mudar repentinamente o rumo das coisas, de tirar o movimento democrático das dificuldades e elevá-lo a níveis nunca antes atingidos e enganar sagazmente, claro está, a camarilha fascista governante.

O caso relacionado com a «SEDES» que vimos tratando é característico a este respeito.

As «sábias» mudanças de política desses elementos trazem sempre no seu bojo concepções de um legalismo estreito e a ideia de pôr de banda os «queimados» (entenda-se os antifascistas mais consequentes) para não assustar os democratas conservadores e vacilantes e convencer os governantes fascistas de que o movimento democrático está «purificado», não se justificando mais quaisquer medidas repressivas contra ele. Outras vezes, lembram-se que a solução para as dificuldades que a luta pela democracia comporta seria mudar os nomes às coisas, isto é, às organizações e movimentos, e então inventam outras muito novinhas com nomes e aparência inofensivos, assim como uma «nova linha política» elaborada e apresentada com tal habilidade e cuidado que não vai assustar nem gregos nem troianos.

Não obstante as sucessivas e amargas desilusões que têm sofrido através dos anos, esses elementos voltam sempre ao princípio embora apresentando modelos novos.

Agora com a autorização da «SEDES», quando seria de esperar uma firme posição de princípios e o aproveitamento de facto

para incrementar os combates da Oposição Democrática pelo direito de organização, de reunião e de actuação política à luz do dia, pela amnistia e contra a repressão, pela liberdade de imprensa e contra a censura e por outras reivindicações democráticas, alguns, embora poucos, democratas, incluindo um ou outro que ainda ostenta o honroso título de membro do P.C.P., põem-se a correr de um lado para o outro a injectar o novo elixir da sua «novíssima linha política realista», dizem que a coisa é nova e merece estudo aprofundado (nisto coincidimos inteiramente), etc., mas logo sem qualquer estudo, sem se preocuparem em organizar dentro das estruturas do movimento democrático a discussão política do problema num espírito de independência e com vista à intensificação da acção dos democratas e das massas na base das estruturas existentes, aventam uns se não seria de entrar mesmo em bloco na «SEDES» para ali realizar uma actividade democrática capaz de a transformar numa organização democrática (parece inacreditável mas é verdade), aventam outros que o que agora há a fazer é criar uma associação legal qualquer para cobrir a actividade política dos democratas. Claro está que «qualquer associação» poderá vir a ser autorizada se os seus possíveis promotores derem garantias plenas de fazerem o que interessa ao governo e ao regime fascistas, isto é, de que seja inofensiva. Naturalmente que nenhum democrata digno desse nome deseja isso. E por isso dirão que não senhor, não é num tal tipo de organização que pensam, pensam, sim, numa organização para se bater pelas grandes reivindicações democráticas.

Admitir que o governo fascista de M. Caetano pudesse autorizar uma tal organização reflecte desde logo ilusões perigosas em relação ao carácter do regime e a concepção não menos perigosa de que o fascismo evoluiu e já não é bem fascismo. Além disso, uma tal iniciativa longe de mobilizar os democratas e as energias para a luta antifascista imediata, desviá-los-ia deste objectivo e contribuiria para agravar as tendências espectantes e paralisantes que já se verificam no movimento democrático.

Imaginação delirante, de mistura com muita ingenuidade política, não falta a estes democratas. Senso político e firmeza de princípios, isso parece faltar-lhes em boa medida.